

No. 41677

**Brazil
and
Peru**

Protocol between the Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Republic of Peru on the implementation of a system of prevention and control of forest fires. Lima, 25 August 2003

Entry into force: *19 January 2004 by notification, in accordance with annex VII*

Authentic texts: *Portuguese and Spanish*

Registration with the Secretariat of the United Nations: *Brazil, 22 July 2005*

**Brésil
et
Pérou**

Protocole entre le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République du Pérou relatif à la mise en oeuvre d'un système de prévention et de contrôle des incendies forestiers. Lima, 25 août 2003

Entrée en vigueur : *19 janvier 2004 par notification, conformément à l'annexe VII*

Textes authentiques : *portugais et espagnol*

Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies : *Brésil, 22 juillet 2005*

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

PROTOCOLO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E
O GOVERNO DA REPÚBLICA DO PERU PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE UM
SISTEMA DE PREVENÇÃO E CONTROLE DE INCÊNDIOS FLORESTAIS

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República do Peru,

Considerando que suas relações de cooperação têm sido fortalecidas e amparadas pelo Acordo para a Conservação da Flora e Fauna Silvestres de seus Territórios Amazônicos, adotado em 7 de novembro de 1975;

Desejosos de fortalecer o trabalho conjunto, à luz dos compromissos internacionais assumidos pelos dois Governos, tais como a Convenção sobre Diversidade Biológica, cujos objetivos são a conservação da diversidade biológica, o uso sustentável de seus componentes e a distribuição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos, assim como a Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Fauna e Flora Silvestres Ameaçadas de Extinção (CITES), que regula o comércio internacional da fauna e da flora silvestres e seus produtos;

Reconhecendo a relevância da ação conjunta no Grupo de Países Megadiversos Afins;

Reafirmando a importância do espírito do artigo sete do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), bem como o respeito ao direito soberano aos recursos naturais,

Convencidos dos múltiplos benefícios resultantes da colaboração técnica e tecnológica entre suas instituições encarregadas de zelar pela conservação do meio ambiente e o aproveitamento sustentável da flora e da fauna silvestres de seus respectivos territórios amazônicos;

Considerando os avanços realizados no Brasil em matéria de prevenção e controle de incêndios florestais e a necessidade de trabalhar em

conjunto a fim de conservar a flora e a fauna, e seus respectivos ecossistemas, e de adotar medidas destinadas a controlar as ações antrópicas que afetam os recursos naturais e, em consequência, as populações que deles dependem para sua subsistência;

Considerando a necessidade de promover políticas de cooperação técnica e de criar mecanismos de intercâmbio de informações e tecnologias relevantes destinadas ao desenvolvimento e ao cuidado da flora e fauna silvestres, e os ecossistemas dos territórios de ambos países.

Acordam o seguinte:

ARTIGO I

O presente Protocolo tem por objetivo a implementação de projetos e atividades de capacitação e transferência de tecnologias e de conhecimentos relativos à criação de um Sistema de Prevenção e Controle de Incêndios Florestais no Peru.

ARTIGO II

1. O Governo da República Federativa do Brasil designa:
 - a) a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE) como responsável pela coordenação, seguimento e avaliação das ações resultantes do presente Protocolo,
 - b) o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) como responsável pela execução das ações resultantes do presente Protocolo, e
 - c) o Ministério de Ciência e Tecnologia como responsável pela cooperação no que se refere à pesquisa e desenvolvimento, nas áreas de sua competência, no âmbito de projetos e atividades, de conformidade com o presente Protocolo.

2. O Governo da República do Peru designa:
 - a) o Ministério de Relações Exteriores como responsável pela coordenação, seguimento e avaliação das ações resultantes do presente Protocolo, e

- b) o Instituto Nacional de Recursos Naturais - INRENA e a Universidade Nacional Agrária - La Molina como responsáveis pela execução das ações resultantes do presente Protocolo.

ARTIGO III

1. Corresponde ao Governo brasileiro:
 - a) designar e enviar especialistas para prestar assessoria no Peru em sistemas de alerta, monitoramento e controle de incêndios florestais;
 - b) designar especialistas para realizar treinamentos de técnicos peruanos no Brasil nas áreas de teledetecção, tratamento digital de dados de satélites, manejo de software, processamento de informações meteorológicas, fiscalização de campo e outras, e
 - c) enviar publicações e material de apoio voltados à formação de técnicos peruanos e outros documentos de interesse das Partes.

2. Corresponde ao Governo peruano:
 - a) designar técnicos para acompanhar os trabalhos dos especialistas brasileiros que prestarão assessoria;
 - b) designar os técnicos que participarão dos treinamentos no Brasil e no Peru;
 - c) elaborar publicações e providenciar material de apoio à formação de técnicos peruanos;
 - d) providenciar a infra-estrutura para a realização das assessorias e treinamentos;
 - e) integrar em sua base de dados todas as informações resultantes deste Protocolo, e
 - f) difundir os resultados por meio de documentos técnicos, impressos ou eletrônicos.

ARTIGO IV

Os custos para a implementação das atividades mencionadas no artigo III do presente Protocolo serão compartilhados entre as Partes, sem prejuízo de que seja acordado de outra forma para casos específicos, levando em consideração as disponibilidades financeiras.

ARTIGO V

1. As instituições executoras elaborarão informes sobre os resultados obtidos nas atividades desenvolvidas no âmbito deste Protocolo, os quais serão apresentados aos órgãos coordenadores.

2. Os documentos elaborados e resultantes das atividades desenvolvidas no contexto do presente Protocolo serão de propriedade conjunta das Partes. Os documentos de trabalho serão elaborados no idioma do país de origem deste trabalho. Em caso de publicação dos referidos documentos, as Partes deverão ser expressamente comunicadas e mencionadas no corpo do documento objeto de publicação.

ARTIGO VI

Todas as atividades mencionadas neste Protocolo estarão sujeitas às leis e regulamentos em vigor na República Federativa do Brasil e na República do Peru.

ARTIGO VII

O presente Protocolo entrará em vigor na data de recepção da última notificação pela qual as Partes se comunicarem, por via diplomática, que seus respectivos requisitos constitucionais para tal efeito foram cumpridos. Terá vigência de 24 (vinte e quatro) meses, a menos que uma das Partes comunique à outra, por Nota Diplomática, sua decisão de prorrogá-lo ou terminá-lo.

ARTIGO VIII

As Partes poderão, de comum acordo e por troca de Notas Diplomáticas, emendar o presente Protocolo. As emendas, desde que não afetem a natureza do Protocolo, se realizarão por via diplomática. Em caso contrário, seguirão o mesmo procedimento de entrada em vigor deste Protocolo.

ARTIGO IX

A denúncia do presente Protocolo não afetará as atividades que se encontrem em execução, salvo quando as Partes estabelecerem o contrário.

Feito em Lima, aos 25 dias do mês de agosto de 2003, em dois exemplares originais autênticos, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos igualmente válidos.



PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL

CELSO AMORIM
Ministro de Estado das
Relações Exteriores



PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
DO PERU

ALLAN WAGNER TIZÓN
Ministro de Relaciones
Exteriores

[SPANISH TEXT — TEXTE ESPAGNOL]

**PROTOCOLO ENTRE EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA
FEDERATIVA DEL BRASIL Y EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA
DE PERU PARA LA IMPLEMENTACIÓN DE UN SISTEMA DE
PREVENCIÓN Y CONTROL DE INCENDIOS FORESTALES**

El Gobierno de la República del Perú

y

El Gobierno de la República Federativa del Brasil,

Considerando que sus relaciones de cooperación han sido fortalecidas y amparadas por el Acuerdo para la Conservación de la Flora y Fauna Silvestres de sus territorios amazónicos, suscrito el 7 de noviembre de 1975;

Deseosos de fortalecer el trabajo conjunto a la luz de los compromisos internacionales asumidos por los dos Gobiernos, tales como la Convención sobre la Diversidad Biológica cuyos objetivos son la conservación de la diversidad biológica, el uso sostenible de sus componentes y la participación justa y equitativa de los beneficios que se deriven de la utilización de los recursos genéticos, así como la Convención sobre el Comercio Internacional de Especies Amenazadas de Fauna y Flora Silvestres (CITES) que regula el comercio internacional de fauna y flora silvestres y sus productos.

Reconociendo la relevancia de la acción conjunta en el Grupo de Países Megadiversos Afines,

Reafirmando la importancia del espíritu del artículo siete del Tratado de Cooperación Amazónica (TCA), así como el respeto al derecho soberano de los recursos naturales,

Convencidos de los múltiples beneficios que se derivan de una mutua colaboración técnica y tecnológica entre sus instituciones encargadas de velar por la conservación del medio ambiente y el aprovechamiento sostenible de la flora y fauna silvestres de sus respectivos territorios amazónicos;

Habida cuenta de los avances efectuados en el Brasil en materia de prevención y control de incendios forestales y la necesidad de trabajar en conjunto a fin de conservar la flora y fauna y sus respectivos ecosistemas y de adoptar acciones destinadas a controlar las acciones antrópicas que afectan a los recursos naturales y por ende a las poblaciones que dependen de los mismos para su subsistencia;

Considerando la necesidad de impulsar políticas de cooperación técnica y de crear mecanismos de intercambio de información y tecnologías relevantes destinadas al desarrollo y cuidado de la flora y fauna silvestres y ecosistemas de los territorios de ambos países:

Acuerdan lo siguiente:

ARTICULO I

El presente Protocolo tiene por objeto la implementación de proyectos y actividades de capacitación y transferencia de tecnologías y conocimientos relativas a la creación de un Sistema de Prevención y Control de Incendios Forestales en el Perú.

ARTICULO II

1. El Gobierno de la República Federativa del Brasil designa:
 - a) a la Agencia Brasileña de Cooperación del Ministerio de Relaciones Exteriores (ABC/MRE) como responsable de la coordinación, seguimiento y evaluación de las acciones resultantes del presente Protocolo;
 - b) al Instituto Brasileño de Medio Ambiente y Recursos Naturales Renovables (IBAMA) como responsable de la ejecución de las acciones resultantes del presente Protocolo;
 - c) al Ministerio de Ciencia y Tecnología, como responsable por la cooperación en lo que se refiere a investigaciones y desarrollo, en el área de su competencia, en el ámbito de proyectos y actividades en conformidad con el presente Protocolo.
2. El Gobierno de la República de Perú designa:
 - a) al Ministerio de Relaciones Exteriores como responsable de la coordinación, seguimiento y evaluación de las acciones resultantes del presente Protocolo;
 - b) al Instituto Nacional de Recursos Naturales -INRENA- y a la Universidad Nacional Agraria - La Molina, como responsables de la ejecución de las acciones resultantes del presente Protocolo.

ARTICULO III

1. Corresponde al Gobierno brasileño:
 - a) designar y enviar especialistas para prestar asesoría en el Perú en sistemas de alerta, monitoreo y control de incendios forestales;
 - b) designar especialistas para realizar entrenamientos de técnicos peruanos en Brasil en el área de teledetección, tratamiento digital de datos de satélites, manejo de software, procesamiento de información meteorológica, fiscalización de campo y otros;

- c) enviar publicaciones y material de apoyo dirigidos a la formación de técnicos peruanos y otros documentos de interés de las Partes.
2. Corresponde al Gobierno peruano:
- a) designar técnicos para acompañar los trabajos de los especialistas brasileños que prestarán asesoría;
 - b) designar los técnicos que participarán de los entrenamientos en Brasil y en Perú;
 - c) elaborar publicaciones y otorgar material de apoyo dirigidos a la formación de técnicos peruanos;
 - d) otorgar la infraestructura para la realización de asesorías y de entrenamiento;
 - e) integrar en su base de datos toda información resultante de este Protocolo; y
 - f) difundir los resultados a través de documentos técnicos, sea este por medios impresos o electrónicos.

ARTICULO IV

Los costos para la implementación de las actividades mencionadas en el artículo III del presente Protocolo serán compartidos entre las partes, sin perjuicio de que acuerden otra forma para casos específicos, teniendo en consideración las disponibilidades financieras.

ARTICULO V

1. Las instituciones ejecutoras elaborarán informes sobre los resultados obtenidos por las actividades desarrolladas en el ámbito de este Protocolo, los cuales serán presentados a los órganos coordinadores.
2. Los documentos elaborados y resultantes de las actividades desarrolladas en el contexto del presente Protocolo serán de propiedad conjunta de las Partes. Los documentos de trabajo serán elaborados en el idioma del país de origen del trabajo. En caso de publicación de los referidos documentos, las Partes deberán ser expresamente comunicadas y mencionadas en el cuerpo de documento objeto de publicación.

ARTICULO VI

Todas las actividades mencionadas en este Protocolo serán sujetas a las leyes y reglamentos en vigencia en la República Federativa del Brasil y en la República del Perú.

ARTICULO VII

El presente Acuerdo entrará en vigor en la fecha de recepción de la última notificación por la cual las Partes se comuniquen, a través de la vía diplomática, que sus respectivos requisitos constitucionales para tal efecto han sido cumplidos. El presente Acuerdo tendrá vigencia de 24 (veinticuatro) meses, a menos que una de las Partes comunique a la otra, por Nota Diplomática, su decisión de prorrogarlo o terminarlo.

ARTICULO VIII

Las Partes podrán, de común acuerdo y por intercambio de Notas Diplomáticas, enmendar el presente Acuerdo Complementario. Las enmiendas, en tanto no afecten la naturaleza del Acuerdo se realizarán por la vía diplomática, de lo contrario seguirán el mismo procedimiento de entrada en vigor del Acuerdo.

ARTICULO IX

La denuncia del presente Protocolo no afectará las actividades que se encuentren en ejecución, salvo cuando las Partes establecieran lo contrario.

Hecho en Lima, a los 25 días del mes de agosto de 2003, en dos ejemplares originales auténticos, en los idiomas español y portugués, siendo ambos igualmente válidos.

POR EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA
DEL PERU

POR EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA
FEDERATIVA DEL BRASIL

[TRANSLATION - TRADUCTION]

PROTOCOL BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND THE GOVERNMENT OF THE REPUBLIC OF PERU ON THE IMPLEMENTATION OF A SYSTEM OF PREVENTION AND CONTROL OF FOREST FIRES

The Government of the Republic of Peru and the Government of the Federative Republic of Brazil,

Considering that their relations of cooperation have been strengthened and protected by the Agreement for the conservation of the flora and fauna of the Amazonian territories, signed on 7 November 1975,

Wishing to strengthen joint work in the light of the international commitments taken on by the two Governments, such as the Convention on Biological Diversity, whose objectives are the conservation of biological diversity, the sustainable use of its components and the fair and equitable sharing of the benefits arising out of the utilization of genetic resources, and the Convention on International Trade in Endangered Species of Wild Fauna and Flora (CITES), which regulates the international trade in wild fauna and flora and related products,

Acknowledging the significance of joint action in the Group of Like-minded Megadiverse Countries,

Reaffirming the importance of the spirit of article 7 of the Treaty for Amazonian Cooperation (TCA) and their respect for the sovereign right over natural resources,

Convinced of the multiple benefits derived from mutual technical and technological cooperation between their institutions entrusted with watching over the conservation of the environment and the sustainable use of wild flora and fauna in their respective Amazon territories,

Bearing in mind the progress made in Brazil towards preventing and controlling forest fires and the need to work together in order to conserve the flora, fauna and related ecosystems and to adopt measures designed to control human activities affecting natural resources and thereby the population groups depending on those resources for their sustenance,

Considering the need to promote technical cooperation policies and to create mechanisms for exchanging relevant information and technologies aimed at developing and looking after wild flora and fauna and ecosystems in the territories of both countries,

Have agreed as follows:

Article I

The objective of this Protocol is to implement projects and activities for training and technology- and knowledge-transfer in relation to the creation of a System for Forest Fire Prevention and Control in Peru.

Article II

1. The Government of the Federative Republic of Brazil designates:
 - (a) The Brazilian Agency for Cooperation of the Ministry of Foreign Affairs (ABC/MRE) to be responsible for the coordination, follow-up and evaluation of the projects and activities emanating from this Protocol,
 - (b) The Brazilian Institute of Environment and Renewable Natural Resources (IBAMA) to be responsible for the implementation of the activities emanating from this Protocol,
 - (c) The Ministry of Science and Technology to be responsible for cooperation on research and development in its area of responsibility regarding projects and activities in accordance with this Protocol.
2. The Government of the Republic of Peru designates:
 - (a) The Ministry of Foreign Affairs to be responsible for the coordination, follow-up and evaluation of the activities emanating from this Protocol,
 - (b) The National Institute of Natural Resources (INRENA) and the Agricultural National Agrarian University La Molina to be responsible for the implementation of the activities emanating from this Protocol.

Article III

1. The following measures shall be incumbent upon the Brazilian Government:
 - (a) Designating and sending specialists to provide advice in Peru on alert, monitoring and control systems for forest fires;
 - (b) Designating specialists to conduct training sessions for Peruvian technicians in Brazil in the areas of, inter alia, remote sensing, digital processing of satellite data, software use, meteorological information processing and field monitoring;
 - (c) Sending publications and support material to be used in training Peruvian technicians, and other documents of interest to the Parties.
2. The following measures shall be incumbent upon the Peruvian Government:
 - (a) Designating technicians to support the work of the Brazilian specialists providing advice;
 - (b) Designating technicians to participate in training sessions in Brazil and Peru;
 - (c) Developing publications and making available support material to be used in training Peruvian technicians;
 - (d) Making available infrastructure for the provision of advisory services and training;
 - (e) Entering in its database any information emanating from this Protocol;
 - (f) Disseminating results through technical documents in printed or electronic form.

Article IV

The costs of implementing the activities provided for in article 3 of this Protocol shall be shared between the Parties, although another method may be agreed in specific cases, taking into consideration available funds.

Article V

1. The implementing institutions shall draw up reports on the results achieved through activities developed in the area of this Protocol. The reports shall be submitted to the coordinating bodies.

2. The documents drawn up as a result of activities carried out under this Protocol shall be joint property of the Parties. Working documents shall be drawn up in the language of the country of origin of the work. In the event that the documents in question are published, the Parties shall be explicitly stated and mentioned in the body of the published document.

Article VI

All activities provided for in this Protocol shall be subject to the laws and regulations in force in the Federative Republic of Brazil and the Republic of Peru.

Article VII

This Agreement shall enter into force on the date of receipt of the last notification by which the Parties inform each other that their respective constitutional conditions have been fulfilled to that end. This Agreement shall remain in force for a period of 24 months, unless one of the Parties communicates to the other, by diplomatic note, its decision to extend or terminate it.

Article VIII

The Parties may amend this Supplementary Agreement by common agreement and by exchange of diplomatic notes. The amendments shall be made through the diplomatic channel, provided that they do not affect the character of the Agreement; otherwise, they shall be handled according to the procedure followed for entry into force.

Article IX

Unless the parties otherwise determine, denunciation of this Protocol shall not affect activities that are in the process of implementation.

Done at Lima, on 25 August 2003, in two original copies in the Spanish and Portuguese languages, both texts being equally authentic.

For the Government of the Federative Republic of Brazil:

CELSO AMORIM

For the Government of the Republic of Peru:

ALLAN WAGNER TIZÓN

[TRANSLATION - TRADUCTION]

PROCOLE ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉ-
RATIVE DU BRÉSIL ET LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE
EN DU PÉROU RELATIF À LA MISE EN OEUVRE D'UN SYSTÈME DE
PRÉVENTION ET DE CONTRÔLE DES INCENDIES FORESTIERS

Le Gouvernement de la République du Pérou et le Gouvernement de la République fédérative du Brésil,

Considérant que leurs relations de coopération ont été renforcées et approfondies par l'Accord relatif à la conservation de la flore et de la faune dans le territoire amazonien signé le sept novembre 1975;

Désireux de renforcer le travail conjoint à la lumière des engagements internationaux assumés par les deux Gouvernements, tels que la Convention sur la diversité biologique dont les objectifs sont la conservation de la diversité biologique, l'utilisation à long terme de ses composants et la répartition juste et équitable des bénéfices tirés de l'utilisation des ressources génétiques, ou tels que la Convention sur le commerce international des espèces de faune et de flore sauvages menacées d'extinction (CITES) qui régit le commerce international de la faune de la flore et de leurs produits.

Reconnaissant la pertinence de l'action conjointe du Groupe de pays hyperdivers animés du même esprit,

Réaffirmant l'importance de l'esprit de l'article sept du Traité en vue de la coopération amazonienne (TCA), ainsi que le respect du droit souverain des ressources naturelles,

Convaincus des multiples avantages découlant d'une collaboration technique et technologique entre leurs institutions chargées d'oeuvrer pour la conservation de l'environnement et l'exploitation durable de la faune et de la flore sauvage de leur territoire amazonien respectif;

Tenant compte des progrès effectués au Brésil en matière de prévention et de contrôle des incendies forestiers et de la nécessité de travailler conjointement afin de préserver la flore et la faune et leurs écosystèmes respectifs ainsi que d'adopter des actions destinées à contrôler les actions anthropiques affectant les ressources naturelles et donc les populations dépendant de celles-ci pour leur subsistance;

Considérant la nécessité de mettre en place des politiques de coopération technique et de créer des mécanismes d'échange d'informations et de technologies pertinents pour le développement et la préservation de la flore et de la faune sauvage et de l'écosystème des territoires des deux pays :

Sont convenus ce qui suit :

Article I

Le présent Protocole a pour objectif la mise en oeuvre de projets et d'activités de renforcement et de transfert des technologies et des connaissances relatives à la création d'un système de prévention et de contrôle des incendies forestiers au Pérou.

Article II

1. Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil désigne :

a) l'Agence brésilienne de coopération du Ministère des relations extérieures (ABC/MRE) comme organisme chargé de la coordination, de l'accompagnement et de l'évaluation des actions découlant du présent Protocole;

b) l'Institut brésilien de l'environnement et des ressources naturelles renouvelables (IBAMA) comme organisme chargé de l'exécution des actions résultant du présent Protocole;

c) le Ministère de la science et de la technologie, comme organisme chargé de la coopération en matière de recherche et de développement, dans ses domaines de compétence, dans le cadre des projets et activités du présent Protocole.

2. Le Gouvernement de la République du Pérou désigne :

a) le Ministère des relations extérieures comme organisme chargé de la coordination, de l'accompagnement et de l'évaluation des actions découlant du présent Protocole;

b) l'Institut national des ressources naturelles (INRENA) et l'université nationale agraire - La Molina, comme organisme chargé de l'exécution des actions découlant du présent Protocole.

Article III

1. Il revient au Gouvernement brésilien :

a) de désigner et d'envoyer des spécialistes pour fournir des conseils au Pérou en matière de systèmes d'alerte, de suivi et de contrôle des incendies forestiers;

b) de désigner des spécialistes pour réaliser les entretiens les techniciens péruviens au Brésil en matière de télédétection, de traitement numérique de données des satellites, de maîtrise de logiciel, le traitement d'informations météorologiques, de surveillance de terrain et autres;

c) d'envoyer des publications et du matériel de soutien concernant la formation de techniciens péruviens ainsi que d'autres documents d'intérêt pour les Parties.

2. Il revient au Gouvernement péruvien :

a) de désigner des techniciens pour accompagner les travaux des spécialistes brésiliens qui fourniront des conseils;

b) de désigner les techniciens qui participeront aux entretiens au Brésil et au Pérou;

c) d'élaborer des publications et de fournir du matériel de soutien concernant la formation des techniciens péruviens;

- d) de mettre à disposition l'infrastructure pour la réalisation des missions de conseil et d'entretien;
- e) d'intégrer dans sa base de données toutes les informations découlant de ce Protocole; et
- f) de diffuser les résultats par le biais de documents techniques, par voie écrite ou électronique.

Article IV

Les coûts de mise en oeuvre des activités mentionnées à l'article trois du présent Protocole seront partagés entre les Parties, sans préjudice d'autres accords concernant des cas particuliers, en fonction des disponibilités financières.

Article V

1. Les institutions chargées de l'exécution rédigeront des rapports sur les résultats obtenus concernant les activités développées en application de ce Protocole, qui seront présentés aux organes coordinateurs.

2. Les documents rédigés découlant des activités développées dans le contexte du présent Protocole appartiendront aux deux Parties. Les documents de travail seront élaborés dans la langue du pays d'origine du travail. En cas de publication de ces documents, les Parties devront être expressément informées et mentionnées dans le corps du document publié.

Article VI

Toutes les activités mentionnées dans ce Protocole sont soumises aux lois et règlements en vigueur dans la République fédérative du Brésil et la République du Pérou.

Article VII

Le présent Accord entrera en vigueur à la date de réception de la dernière notification par laquelle les Parties s'informent, par voie diplomatique, que leurs critères constitutionnels respectifs à cet effet ont été satisfaits. Le présent Accord s'appliquera pendant 24 mois, sauf si l'une des Parties informe l'autre, par note diplomatique, de sa décision de le proroger ou de le résilier.

Article VIII

Les Parties pourront, d'un commun accord et par échange de Notes diplomatiques, amender le présent Accord complémentaire. Ces amendements, dans la mesure où ils n'affectent pas la nature de l'Accord, s'effectueront par la voie diplomatique, et respecteront sinon la même procédure d'entrée en vigueur de l'accord.

Article IX

La dénonciation du présent Protocole n'affectera pas les activités en cours d'exécution, sauf si les Parties en décident autrement.

Fait à Lima, le 25 août 2003, en deux exemplaires originaux, en langues espagnole et portugaise, les deux documents faisant également foi.

Pour le Gouvernement de la République fédérative du Brésil :

CELSO AMORIM

Pour le Gouvernement de la République du Pérou :

ALLAN WAGNER TIZON